

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva da Infância e da Juventude da Capital

**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DA INFÂNCIA,  
DA JUVENTUDE E DO IDOSO DA CAPITAL - RJ**

Ref. IC 024/2017 (MPRJ nº 2017.00726902)

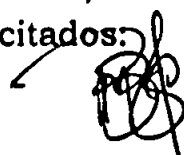
**CT 11 - Bonsucesso - Estrutura.**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, por intermédio da 1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva da Infância e Juventude da Capital, com endereço à Rua Rodrigo Silva, 26, 10º andar, Centro do Rio de Janeiro, vem, com fins no art. 127, CRFB, e nos arts. 148, VI 209, ambos da Lei 8069/90, ajuizar a presente

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA**

(com pedido de antecipação de tutela)

Em face do **MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 42.498.733/0001-48, que deverá ser citado na forma do artigo 12, inciso II, do CPC, na pessoa do Exmo. Sr. Prefeito, com gabinete na Rua Afonso Cavalcanti, n. 455, 13º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, ou por seus procuradores, na sede da Procuradoria Geral situada à Travessa do Ouvidor, n. 4, sala 1406, Centro, CEP:20040-040(telefone: 3083-8383), em virtude dos fatos e dos fundamentos jurídicos adiante explicitados:



**I. DA COMPETÊNCIA:**

O art. 148, VI, da Lei 8069/90 confere competência exclusiva ao juizado da infância e da juventude para conhecer de ações civis públicas fundadas em interesses transindividuais na seara infantojuvenil.

Estas ações devem ser propostas no local da ação ou da omissão, conferindo a lei competência absoluta ao juízo para analisar a causa (art. 209 do ECA).

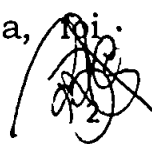
Na situação em epígrafe, a omissão do Poder Público ocorreu em relação ao **Conselho Tutelar de Bonsucesso**, cuja competência territorial-funcional absoluta para conhecer da demanda ministerial é da **2ª Vara da Infância, da Juventude e do Idoso da Capital**, nos termos do art. 94, §7º do CODJERJ.

Destarte, resta demonstrada a competência deste MM. Juízo para análise da presente demanda.

**II. DOS FATOS:**

A 1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva da Infância e da Juventude da Capital instaurou o inquérito civil nº 024/2017 para apurar as condições de funcionamento do Conselho Tutelar de Bonsucesso, tendo em vista a notícia de que o aparelho de telefone celular usado nos plantões estava em péssimas condições de uso.

O procedimento foi instaurado a partir de ouvidoria relatando que essas más condições acarretavam prejuízo ao atendimento noturno e de finais de semana dos usuários. Dessa forma,

Mi:  


**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva da Infância e da Juventude da Capital**

encaminhado ofício ao Conselho Tutelar para solicitar informações sobre as principais precariedades enfrentadas em relação à estrutura física e de recursos materiais e humanos (fl. 14/15).

**O Conselho Tutelar de Bonsucesso pontuou**, em outubro de 2017, as deficiências na estrutura física, de dinâmica institucional e de recursos materiais e humanos, tais como (fl. 15 e relatório de fls. 165/182):

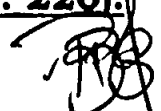
**a) Espaço com precárias condições de manutenção e conservação:**

O referido CT apresenta infiltrações que, inclusive, ocasionaram o desabamento de parte do teto, conforme foi informado e demonstrado através de fotos, deixando o espaço sem condições de atendimento.

A estrutura encontra-se inadequada, haja vista os **fios elétricos expostos em um ambiente que possui goteiras e se encontra constantemente alagado devido às chuvas**. Frise-se que já pegou fogo em uma caixa de luz e que as goteiras destroem os mobiliários e materiais de uso.

Ademais, o CT não possui banheiro, sendo necessário que a equipe se desloque para utilizar o banheiro do CRAS, localizado ao lado. Os danos na pintura denigrem o ambiente e a recepção é muito quente, embaraçando o acolhimento e atendimento de usuários, principalmente no período de verão.

**Ressalte-se que no dia 18/03/2019, o CT encaminhou ofício para esta Promotoria, pedindo socorro, eis que corriam risco de vida, tendo em vista que com o acúmulo de água poderia ocorrer novo desabamento do teto (fl. 220).**



**b) Falta de equipe técnica e de apoio administrativo:**

Constata-se inadequação na composição mínima de equipe administrativa e quando um membro da equipe está de férias não há outro funcionário que o substitua.

Neste sentido, há sobrecarga de trabalho que reflete na rotatividade dos membros e também na inadequada composição mínima recomendada.

O Conselho Tutelar em questão possui apenas uma assistente social e duas psicólogas, que são insuficientes para a demanda, além de contrariar o Decreto 22.132/02, que exige no mínimo dois assistentes sociais por CT. É necessária uma equipe técnica inter profissional à disposição para melhor avaliação e alternativas de solução para os problemas enfrentados pelas crianças, adolescentes e suas famílias.

**Não há telefone fixo, apenas o celular com mau funcionamento utilizado no plantão.** A quantidade de computadores e impressoras é insuficiente, não há manutenção de toner e o atendimento é realizado em folha de papel manuscrito.

**c) Estrutura inadequada**

O CT não possui recepção adequada, sendo um recinto muito quente e pequeno, sem acomodações para os usuários, tendo em vista que **as cadeiras estão quebradas e sem espaço para as crianças aguardarem.** Frequentemente, os usuários aguardam no corredor que dá acesso à sala administrativa.

09

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva da Infância e da Juventude da Capital**

O espaço se divide em uma sala para os conselheiros, uma sala de atendimento, copa, uma sala dividida em três para equipe técnica, pessoal de apoio administrativo e recepção e não há banheiro, sendo utilizado o banheiro do CRAS.

Não há espaço para guardar os procedimentos. Eles se encontram armazenados, inclusive, nos corredores e facilmente são perdidos.

A estrutura encontra-se inadequada, tendo em vista que **a rede elétrica está comprometida devido a fios expostos**, sendo certo que prejudica a segurança da equipe e usuários e possibilita acidentes graves.

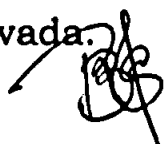
**d) Ausência de segurança**

**A sede do CT não possui iluminação pública e por este motivo, durante a noite o entorno é ocupado por usuários de drogas e em atuação no mercado de prostituição, sendo certo, inclusive, que não há guarda municipal atuando no local.**

Frise-se que a presença do agente no local é indispensável, tendo em vista que o Conselho Tutelar é próximo ao acesso à comunidade.

Outrossim, por conta das janelas quebradas e das grades danificadas, já houve invasões com subtração de aparelhos eletrônicos.

Ressalte-se que o Ministério Público, na tentativa de resolução do conflito, ainda na seara extrajudicial, expediu a RECOMENDAÇÃO n. 08/2018 indicando os itens mínimos a serem supridos no equipamento em comento, conforme faz certo o documento de fls. 133/135 do inquérito civil que lastreia a presente demanda. Ocorre que referida recomendação restou inobservada.



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva da Infância e da Juventude da Capital

Assim, considerando que a 1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva da Infância e da Juventude da Capital tem a atribuição de fiscalizar a estrutura física dos conselhos tutelares da cidade do Rio de Janeiro (art 3º, VI, Res. GPGJ 1883/2013), e esgotadas as possibilidades de resolução extrajudicial da questão, não resta ao Parquet senão ajuizar a presente ação civil pública para buscar regularizar a periclitante situação do Conselho Tutelar de Bonsucesso que segue funcionando sem estrutura mínima para o seu regular funcionamento, em frontal violação às normas do Estatuto da Criança e do Adolescente e aos princípios da proteção integral e prioridade orçamentária das políticas infanto-juvenis.

### III. DO DIREITO:

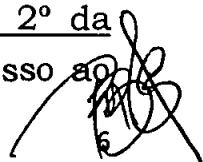
O art. 227 da CRFB/88 introduz no ordenamento jurídico pátrio os princípios da prioridade absoluta e da proteção integral da criança e do adolescente.

A prioridade absoluta, segundo dicção do art. 4º, parágrafo único, da Lei 8069/90 concretiza-se, dentre outros fatores, na **destinação privilegiada de recursos públicos** nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

Por esta razão, a lei orçamentária municipal deve prever rubrica específica para o funcionamento do Conselho Tutelar (art. 134, parágrafo único, Lei 8069/90).

Como se pode perceber, o Poder Público tem a obrigação de destinar recursos para os conselhos tutelares, não podendo invocar questões atinentes à conveniência e oportunidade para deixar de cumprir o dever constitucional-legal.

No caso específico da cidade do Rio de Janeiro, o art. 2º da **Lei Municipal 3282/2001** (cópia que instrui a inicial) é expresse ao



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva da Infância e da Juventude da Capital

determinar que os Conselhos Tutelares deverão receber suporte técnico, administrativo e financeiro do Município.

Por sua vez, o ECA – Lei 8.069/90, prevê como diretrizes da política de atendimento à criança e ao adolescente:

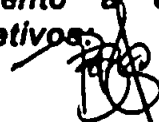
*Art. 88. São diretrizes da política de atendimento:*

*I - municipalização do atendimento;*

**II - criação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente, órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas, segundo leis federal, estaduais e municipais;**

Regulamentando tal diretriz nacional em âmbito municipal, a Lei Municipal carioca nº1.873/92 criou o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, estabelecendo como competências do CMDCA-RJ, dentre outras, as de propor e controlar ações da política municipal de atendimento infanto-juvenil (art. 2º, *caput*, da Lei 1.873/92) e propor, acompanhar, avaliar e fiscalizar as políticas públicas infanto-juvenis, mantendo articulação permanente entre a sociedade civil e os órgãos e Poderes do Município e Estado (art. 3º, I e II, da Lei 1.873/92), para garantir a prioridade absoluta nas políticas sociais voltadas para crianças e adolescentes (art. 2º, §2º, da Lei 1.873/92), *in verbis*:

***"Art. 2º Cabe ao CMDCA propor e controlar ações da política municipal de atendimento à criança e ao adolescente, a qual tem como objetivos:***



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva da Infância e da Juventude da Capital

*I - assegurar às crianças e ao adolescente, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos à vida, à dignidade, à saúde, à alimentação, à moradia, ao lazer, à proteção ao trabalho, à cultura, à liberdade, ao respeito da sociedade e à convivência familiar e comunitária;*

*II - proteger as crianças contra qualquer forma de negligência, abandono, omissão, excludência, exploração, crueldade e opressão;*

*(...)*

**§ 2º A garantia de absoluta prioridade a que se refere o inciso I deste artigo compreende:**

*I - primazia para receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;*

*II - precedência no atendimento por órgãos públicos;*

*III - prioridade quanto à formulação e a execução de políticas sociais básicas;*

*IV - prioridade, na adoção de recursos públicos, para as áreas relacionadas com a proteção e o atendimento à infância e à juventude.*

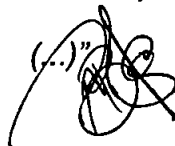
*(...)*

**Art. 3º Compete ainda ao CMDCA:**

*I - propor as políticas públicas que assegurem o atendimento à criança e ao adolescente em todos os níveis e, com esse fim, mobilizar e articular o conjunto das entidades da sociedade civil e dos órgãos do Poder Público;*

*II - acompanhar, avaliar e fiscalizar as políticas públicas e todas as ações do Poder Público do Município voltadas para a criança e para o adolescente e com esse fim manter permanente articulação com os Poderes do Município e do Estado;*

*(...)"*





**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva da Infância e da Juventude da Capital

No exercício desta competência legal, o CMDCA/RJ elaborou a **Deliberação 915/2012** preconizando que *“os conselhos tutelares deverão dispor de espaço adequado para o seu funcionamento, com sede própria padronizada, com instalação de ar condicionado e ventiladores, respeitada a sua área geográfica de abrangência e garantida a acessibilidade aos seus usuários”*.

Os conselhos de direitos, enquanto órgãos controladores das políticas públicas na seara infantojuvenil – art. 88, II, Lei 8069/90- emitem deliberações que vinculam o poder público, consoante se extrai do acórdão proferido pelo Superior Tribunal de Justiça, *in verbis*:

***“Legitimidade do Ministério Público para exigir, do Município, a execução de política específica, a qual se tornou obrigatória por meio de resolução do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Tutela específica para que seja incluída verba no próximo orçamento, a fim de atender a propostas políticas certas e determinadas”. (REsp 493.811/SP, 3ª Turma do STJ, j. 11.11.2003, rel. Min. Eliana Calmon, DJ 15/03/2004, p. 236).***

Assim, diante de dispositivos como o precitado art. 2º da Deliberação 915/2012 do CMDCA/RJ, bem como o art. 4º da Resolução CONANDA 139/2010, que, repetindo dispositivo do Estatuto da Criança e do Adolescente, estabelece a necessidade de alocação de recursos orçamentários para o funcionamento dos conselhos tutelares, não pode o Município quedar-se inerte diante de problemas estruturais de conselhos tutelares.

As deliberações do CMDCA-RJ servem, pois, de norte para o Poder Executivo implementar as políticas públicas assistenciais infanto-juvenis, sob pena de total esvaziamento do conselho municipal e de desrespeito aos princípios da prioridade absoluta para políticas



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva da Infância e da Juventude da Capital

infanto-juvenis e da proteção integral da criança e do adolescente, trazidos pelo ECA (Lei Federal 8.069/90).

Portanto, considerando que os conselhos tutelares atuam na frente de batalha, zelando pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente (art. 131 da Lei 8069/90), torna-se imperioso que o Município realize obras para solucionar a grave problemática constatada no procedimento ministerial que instrui a inicial, tudo para impedir a exposição de crianças e adolescentes a risco e para assegurar o cumprimento do princípio da proteção integral e da prioridade às políticas infanto-juvenis.

Por fim, traz-se à colação alguns julgados corroborando a síntese deste petitório, qual seja, a de que o Município tem o poder-dever de separar recursos orçamentários para aparelhamento do conselho tutelar.

*EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ECA. DETERMINAÇÃO AO PODER EXECUTIVO DE DESTINAR VERBA ORÇAMENTÁRIA. SERVIÇO PARA TRATAMENTO DE ADOLESCENTES INFRATORES. ADMISSIBILIDADE. CABE AO PODER JUDICIÁRIO O CONTROLE DA LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS, NÃO SE ADMITINDO QUE POSSA INVADIR O ESPAÇO RESERVADO A DISCRICIONARIEDADE DA ADMINISTRAÇÃO, DESCIDINDO ACERCA DA CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE DA DESTINAÇÃO DE VERBAS, RESSALVADOS OS CASOS EM QUE O LEGISLADOR, ATRAVÉS DE DISPOSIÇÃO LEGAL, JÁ EXERCEU O PODER DISCRICIONÁRIO, TOMANDO A DECISÃO POLÍTICA DE ESTABELECEER PRIORIDADES NA DESTINAÇÃO DE VERBAS. EM SE TRATANDO DO ATENDIMENTO AO MENOR, SUBMETEU O LEGISLADOR A DECISÃO ACERCA DA CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE A REGRA DE PRIORIDADE ABSOLUTA INSCULPIDA NO ARTIGO 4 DO ECA E NO ARTIGO 277 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. EMBARGOS INFRINGENTES NÃO ACOLHIDOS (EMBARGOS INFRINGENTES Nº 598164929, QUARTO GRUPO DE CÂMARAS CÍVEIS, TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RS, RELATOR: DES. ALZIR FELIPPE SCHMITZ, JULGADO EM 11/12/98)*

*EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ECA. OBRIGAÇÃO DE O ESTADO-MEMBRO CRIAR, INSTALAR E MANTER PROGRAMAS DESTINADOS AO CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIO-EDUCATIVAS DE INTERNAÇÃO E S INCLUSÃO NECESSÁRIA NO ORÇAMENTO. TEM O ESTADO O DEVER DE ADOTAR AS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS A IMPLANTAÇÃO.*

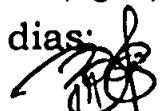
**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO****1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva da Infância e da Juventude da Capital**

*DISCRICIONARIEDADE, BEM COMO O JUÍZO DE CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE SUBMETEM-SE A REGRA DA PRIORIDADE ABSOLUTA INSCULPIDA NO ART. 4 DO ECA E NO ART. 277 DA CFB. RECURSO DESPROVIDO, POR MAIORIA. (APELAÇÃO CÍVEL Nº 597097906, SÉTIMA CÂMARA CÍVEL, TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RS, RELATOR: DES. SERGIO FERNANDO DE VASCONCELLOS CHAVES, JULGADO EM 22/04/98).*

*EMENTA: AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ADOLESCENTE INFRATOR. ART. 227, CAPUT, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. OBRIGAÇÃO DE O ESTADO-MEMBRO INSTALAR E MANTER PROGRAMAS DE INTERNAÇÃO E SEMILIBERDADE PARA ADOLESCENTES INFRATORES. 1. DESCABIMENTO DE DENUNCIAÇÃO DA LIDE A UNIÃO E AO MUNICÍPIO. 2. OBRIGAÇÃO DE O ESTADO-MEMBRO INSTALAR (FAZER OBRAS NECESSÁRIAS) E MANTER PROGRAMAS DE INTERNAÇÃO E SEMILIBERDADE PARA ADOLESCENTES INFRATORES, PARA O QUE DEVE INCLUIR A RESPECTIVA VERBA ORÇAMENTÁRIA. SENTENÇA QUE CORRETAMENTE CONDENOU O ESTADO A ASSIM AGIR, SOB PENA DE MULTA DIÁRIA, EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA PROPOSTA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO. NORMA CONSTITUCIONAL EXPRESSA SOBRE A MATÉRIA E DE LINGUAGEM POR DEMAIS CLARA E FORTE, A AFASTAR A ALEGAÇÃO ESTATAL DE QUE O JUDICIÁRIO ESTARIA INVADINDO CRITÉRIOS ADMINISTRATIVOS DE CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE E FERINDO REGRAS ORÇAMENTÁRIAS. VALORES HIERARQUIZADOS EM NÍVEL ELEVADÍSSIMO, AQUELES ATINENTES A VIDA E A VIDA DIGNA DOS MENORES. DISCRICIONARIEDADE, CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE NÃO PERMITEM AO ADMINISTRADOR SE AFASTE DOS PARÂMETROS PRINCIPOLÓGICOS E NORMATIVOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DE TODO O SISTEMA LEGAL. 3. PROVIMENTO EM PARTE, PARA AUMENTAR O PRAZO DE CONCLUSÃO DAS OBRAS E PROGRAMAS E PARA REDUZIR A MULTA DIÁRIA. (APELAÇÃO CÍVEL Nº 596017897, SÉTIMA CÂMARA CÍVEL, TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RS, RELATOR DES. SÉRGIO GISCHKOW PEREIRA, JULGADO EM 12/03/97).*

**IV. DO PEDIDO DE LIMINAR:**

Diante do exposto, **requer o Ministério Público**, após o cumprimento do art. 2º da Lei 8437/92, que seja determinado ao Município, **liminarmente** que, **sob pena de multa diária de R\$ 3.000,00 (três mil reais)**, por item descumprido, a ser revertida ao Fundo Municipal de Apoio aos Direitos da Criança e Adolescente, FMADCA, fundo municipal gerido pelo CMDCA/RJ (art. 213, §2º, do ECA e Lei Municipal 4.062/05), no prazo de até 90 dias:



- a) **obras de manutenção e conservação;**
- b) **promova obras de reparo e adequação da rede elétrica** do Conselho Tutelar de **Bonsucesso** a fim de **garantir a segurança** e o conforto dos funcionários e usuários;
- c) **instalação de banheiro no equipamento;**
- d) **adequação quantitativa da equipe técnica;**
- e) **promova a manutenção e funcionamento dos computadores, impressoras, telefone fixo e celular;**
- f) **instalação de aparelho de ar condicionado;**

O *fumus boni juris* decorre do próprio inquérito civil que instruiu o presente, em cujo contexto foi demonstrada a absoluta inadequação das condições estruturais de funcionamento do referido Conselho Tutelar.

O *periculum in mora* deflui da própria situação de risco de vida a que estão expostos os usuários e funcionários do Conselho Tutelar, todos às voltas com princípios de incêndio, curtos-circuitos, bem como da falta de materiais mínimos para funcionamento do equipamento.

## **V. DOS PEDIDOS PRINCIPAIS:**

Ao final, requer o MP a V.EXa



08

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva da Infância e da Juventude da Capital

- a) O recebimento da petição inicial, com a juntada aos autos do inquérito civil 024/2017;
- b) a citação do Município para que, querendo, conteste a petição inicial, sob pena de revelia;
- c) **a dispensa da audiência de conciliação ou sessão de mediação**, diante da indisponibilidade do interesse público subjacente à demanda e à reiterada recalcitrância do réu, demonstrada ao longo do trâmite do procedimento que instrui a inicial, na forma do art. 334 e parágrafos do CPC;
- d) **a procedência do pedido principal, convertendo-se a tutela antecipatória liminar requerida no item IV em decisão definitiva**;
- e) ao final, seja condenado o Município ainda, além das obras emergenciais, reparos, insumos e manutenções requeridas liminarmente, **a prover integralmente no CT de Bonsucesso a infraestrutura, materiais e insumos previstos nos artigos 2º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 10 da Deliberação CMDCA 915/2012 (cópia que instrui a inicial), dotando o C/T de máquina copiadora, computadores, impressoras, máquinas fotográficas, telefones, celulares, rede de internet, televisores, bebedouros, micro-ondas, cafeteira, brinquedoteca, de material de escritório e limpeza e do quantitativo de mobiliário indicado na Deliberação CMDCA 915/12 e/ou deliberações supervenientes, garantindo a estrutura para o seu adequado funcionamento.**
- f) a condenação do réu em ônus sucumbenciais, a serem revertidos para o Fundo Especial do Ministério Público, nos

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva da Infância e da Juventude da Capital

termos da Lei Estadual 2819/97 (agência 6002, cc 02550-7, Banco Itaú);

Protesta-se pela produção de prova testemunhal, depoimento pessoal do representante legal do réu, prova pericial e documental superveniente, bem como todas as provas em Direito admitidas.

O Ministério Público informa que receberá intimação pessoal dos autos na sede da Promotoria de Justiça, atualmente na Rua Rodrigo Silva, nº 26/10º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ.

Dá-se á causa, de valor inestimável, o valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), para fins fiscais.

Rio de Janeiro, 25 de abril de 2019.

  
**Rosana Barbosa Cipriano Simão**

**Promotora de Justiça**